



INSTITUTO RE-SOAR

Centro de acolhimento e reintegração a vítimas de violência infanto-juvenil

Laura de Jesus Conceição¹

Centro Universitário Academia - UniAcademia, Juiz de Fora, MG

Milena Andreola de Souza²

Centro Universitário Academia - UniAcademia, Juiz de Fora, MG

Linha de Pesquisa: Arquitetura e Urbanismo na Contemporaneidade

RESUMO

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), toda criança e/ou adolescente que tem seus direitos ameaçados ou violados devido ao abandono, negligência dos responsáveis, abuso, mau trato ou em virtude de sua própria conduta está em situação de vulnerabilidade social. A fim de assegurar condições ao pleno desenvolvimento físico, social e psicológico destas crianças, são previstas, pelo ECA, e pelo Manual de orientações técnicas de acolhimento manual de normas as unidades de acolhimento institucional, que garantem acesso à moradia, saúde e educação, alimentação.

O presente trabalho objetiva compreender quais são os tipos de instituições de acolhimento existentes, legislação vigente e perfil das crianças e adolescentes institucionalizados, a fim de traçar diretrizes projetuais que auxiliem na elaboração de ambientes adequados ao pleno desenvolvimento.

Para compreensão e categorização dos tipos de instituições de acolhimento, foi realizada uma revisão bibliográfica, através da plataforma do google acadêmico, por meio das palavras-chave: abrigo institucional, criança, adolescentes, acolhimento e abandono. Também foram realizados três estudos de caso, sendo dois a respeito de abrigos de permanência continuada, e uma creche. Os estudos foram apresentados para melhor entendimento do funcionamento das instituições, programa de necessidades atendido por cada uma, assim como suas particularidades. A partir das referências encontradas e estudos de caso realizados, nota-se a relevância e influência dos estimulantes ambientais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Palavras-chave: Acolhimento, Criança e adolescente, Reintegração social, Abrigo institucional e violência.

¹ Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Academia - UniAcademia. Endereço: Rua Maria Belo da Silva, Jardim Emaús n°50 Celular: (32)988230411 E-mail: laurajc.arq@gmail.com

² Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Academia - UniAcademia. Orientadora.

1 INTRODUÇÃO

As instituições de acolhimento institucional são consideradas equipamentos urbanos de proteção provisória para crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados devido ao abandono, negligência dos responsáveis, abuso, mau trato ou em razão de sua própria conduta. É uma medida que garante assistência às necessidades básicas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Com o passar do tempo, essas instituições foram modificando suas condutas, principalmente após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. O termo “abrigo” foi substituído então por “acolhimento”, no intuito de que essas instituições passassem de apenas “assistir” para “acolher/cuidar” das crianças e/ou adolescente em situação de vulnerabilidade social.

A partir da aprovação do ECA e a fim de assegurar o desenvolvimento físico, social, e psicológico, foram criadas várias modalidades de atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, entre as quais se destaca a medida de abrigamento, proporcionando um ambiente familiar, segurança e apoio, além de responder pela transmissão dos valores de cidadania e convivência em comunidade.

Segundo o artigo 101 do ECA, “o abrigo é uma medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando na privação de liberdade” (BRASIL, 1990).

No Brasil mais de 47.000 crianças e adolescentes vivem em abrigos institucionais. Essas unidades funcionam em edificações que antes serviam como creche. A falta de estrutura adequada pode afetar o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos acolhidos. O ambiente institucional pode oferecer proteção ou risco, isso vai depender da forma como essas crianças e adolescentes são recebidas e esse é o principal motivo da escolha do tema: entender e esse tipo de instituição e propor um anteprojeto que atenda todas as exigências do serviço de acolhimento. Além de promover a discussão a respeito da violência infanto-juvenil tão presente na sociedade atual.

O objetivo principal deste trabalho é compreender toda a complexidade do acolhimento institucional para crianças e adolescentes vítimas de violência visando desenvolver parâmetros para o projeto arquitetônico de um abrigo que não apenas proteja a criança, mas contribua para o seu desenvolvimento saudável. O presente projeto foi apresentado

como Trabalho Final de Graduação (TFG) ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do UniAcademia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PARAMETROS LEGAIS QUANTO À PROTEÇÃO DA CRIANÇA E ADOLECENTE

Durante os séculos XIX e XX, as crianças nascidas em vulnerabilidade eram encaminhadas para instituições onde eram vistas como pessoas em situação de abandono, apesar de muitos terem família. O caminho para a proteção legal destas crianças é longo e complexo, uma vez que envolve direitos de família e tabus impostos pela sociedade.

A proteção das crianças e adolescentes se tornou um tema mundial desde o lançamento da Declaração Universal dos Direitos da Criança, também conhecida como Declaração de Genebra dos Direitos da Criança. É o principal documento internacional que promove os direitos da criança adotado pela Liga das Nações em 1924.

No Brasil, o modelo de gestão empregado na operacionalização da assistência social é o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A assistência social é parte do Sistema de Seguridade Social, apresentado pela Constituição Federal de 1988.

A partir daí, um passo importante foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, redesenhando as regras para o acolhimento institucional infanto-juvenil e mudando o olhar para os menores em situação de vulnerabilidade, pautada no cuidado e na garantia de direitos.

Após a aprovação do ECA (Lei de 8.06 de 13 de julho de 1990), aconteceram mudanças importantes na prática do acolhimento principalmente no aspecto jurídico com isso surgiu a “cultura da institucionalização” no Brasil (Pilotti e Rizzini, 1995).

É importante destacar, a partir daí, eventos importantes para a proteção das crianças, como a criação do Estatuto da Criança e Adolescente, a condenação da violência como medida educativa e a lei 13.431, uma lei que assegura a proteção da criança durante a escuta da denúncia.

Todos estes órgãos e documentos tiveram a importância de apresentar parâmetros a serem seguidos, que foram colocados em prática nesse trabalho. Destaca-se, para o objetivo final do trabalho, o Manual de Orientações Técnicas de Acolhimento, cuja

finalidade é regulamentar, no território nacional, a organização e oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da política de Assistência Social.

2.2 ESTIMATIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA INFANTIL

O acolhimento institucional e familiar atualmente prestados por 2.754 entidades de acolhimento, sendo 2.598 de acolhimento institucional e 156 de acolhimento familiar, e que, em sua totalidade, atendem hoje mais de 30.000 crianças e adolescentes.

Feitas essas considerações preliminares, passa-se a apresentar os dados obtidos pelos promotores de Justiça, em março de 2016 e março de 2018, relativos aos serviços de acolhimento institucional e familiar no Brasil, e reunidos pela Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público. (Um Olhar Mais Atento aos Serviços de Acolhimento de Criança e Adolescentes no País, 2018). Neles é possível perceber que a maior motivo dos acolhimentos é a negligência dos familiares, os principais agentes são as mães e a violência doméstica acontece entre 1 e 9 anos.

Figura 1 – Dados sobre o acolhimento institucional no Brasil



Fonte: Produzido pela autora com base na publicação "Um Olhar Mais Atento aos Serviços de Acolhimento de Criança e Adolescentes no País", 2018.

2.3 MODALIDADES DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NO BRASIL

No Brasil, existem 5 modalidades de acolhimento o abrigo institucional, modalidade tratada no projeto, são elas (ECA, 2009): **Abrijo Institucional**, serviço de acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo; **Casa-Lar**, oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente; **Família Acolhedora**, acolhimento em residências de famílias acolhedoras cadastradas; **República**, apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social e o **Serviço de acolhimento para crianças e**

adolescentes ameaçados de morte, quando pode ser necessário o encaminhamento para serviço de acolhimento em localidade distinta do município de residência habitual. O trabalho desenvolvido refere-se à habitação para crianças e adolescentes retirados de suas famílias por motivos de negligência, violência e abandono. Através do abrigo se pretende oferecer o apoio e proteção que estes necessitam, assim como, moradia digna à qual tem por direito (BRASIL, 1988, Art. 6).

2.4 O ABRIGO INSTITUCIONAL

Quando acolhidos, a criança e adolescente têm direito a continuar frequentando a escola, espaços de lazer, cultura e esporte, entre outros, bem como a convivência com sua família de origem, através de visitas, fortalecendo o elo da criança ou adolescente com comunidade, de acordo com o instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Segundo Savi (2008), o abrigo tem como objetivo restaurar o ambiente familiar e conceder oportunidade de uma convivência afetiva, equilibrada e saudável na vida de crianças e adolescentes, uma vez que, tais condições são relevantes para o desenvolvimento do ser humano.

Desta forma, o projeto visa estabelecer um ambiente acolhedor que permita a estas crianças e adolescentes, já em fragilidade social, um desenvolvimento psicológico, físico e social saudáveis, através de um espaço pensado como um lar. A proposta abrange um elo com a sociedade, através de equipamentos para a comunidade permitindo aos abrigados, já privados da convivência social familiar, possam criar vínculos com a sociedade na qual estão inseridas.

2.5 IMPORTANCIA DO ABRIGO INSTITUCIONAL NO DESENVOLVIMENTO DA VÍTIMA

Durante toda a sua vida, o ser humano passa por diversas fases de aprendizagem e maturação, tanto física quanto emocional, social, intelectual e moral. Vários estudos e teorias foram desenvolvidas sobre o desenvolvimento humano a fim de questionar como e por que o organismo humano cresce e se modifica, independente da cultura ou experiências vividas.

Diversos estudiosos, como Freud, Piaget e Bronfenbrenner, entre outros, tentam explicar como tais processos de desenvolvimento se dão, identificando as

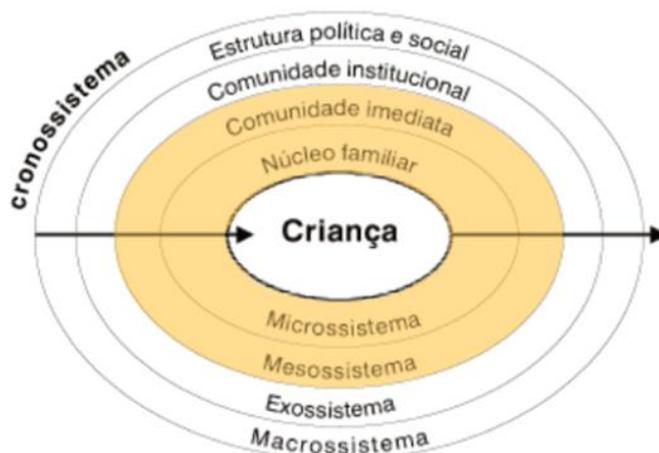
particularidades de cada um e como o comportamento espacial é influenciado pelo contexto ambiental.

Através de uma revisão bibliográfica, foi possível a identificação de algumas teorias à cerca do desenvolvimento humano e ecológico, especialmente entre a faixa etária de 0 a 6 anos de idade. As teorias buscam entender como os padrões universais, as diferenças individuais e as influências contextuais refletem no desenvolvimento de crianças em situação de acolhimento.

Assim, como Savi (2008) cita em sua dissertação, a Teoria do Desenvolvimento Ecológico – Bronfenbrenner, 1979, busca achar um meio de equilíbrio entre homem e ambiente. A teoria ressalta que as particularidades vividas por cada um reforçam seu diferencial e não seu déficit. Segundo Bronfenbrenner, “diferentes tipos de ambientes dão origem a padrões distintos de papéis, atividades e relações para as pessoas que se tornam participantes nestes ambientes”. Assim, sua teoria defende que a pessoa é tanto ativa como passiva em seu contexto ambiental, uma vez que interage com ele, altera-o e se deixa alterar (SAVI, 2008).

A teoria de Bronfenbrenner, considera que as relações pessoais são baseadas em 3 princípios: reciprocidade, equilíbrio de poder e relações de afeto. Assim, o contexto ambiental é composto tanto por sua dimensão física quanto cultural. Para ele, o ambiente se configura em estruturas concêntricas interconectadas, que recebem influências internas e externas a todo momento.

Figura 3: Estruturas concêntricas – Bronfenbrenner, 1979



Fonte: <https://antonioarchangelo.com/2020/05/24/teoria-bioecologica-de-urie-bronfenbrenner/> acessado em: abril de 2021. Modificado pela autora.

O microsistema é composto pela família ou, no caso das instituições de acolhimento, pelos cuidadores, e pode se estender a outros contextos. É o sistema inicial, dinâmico e interativo onde a criança desenvolve as primeiras relações humanas, que envolvem aspectos físicos, sociais e simbólicos. O mesossistema pode ser comparado às relações criadas na escola. É tão afetado quanto o microsistema, uma vez que para crianças em situação de acolhimento, depende das relações criadas fora da instituição. Essas duas esferas configuram as esferas de participação ativas das crianças e adolescentes (SAVI,2008; ALMEIDA, 2011).

O exossistema e o macrossistema já se configuram como esferas onde a criança é afetada, mas tem posição passiva. O exossistema, por exemplo, pode ser comparado a direção do abrigo (SAVI, 2008), onde as decisões tomadas afetam diretamente a vida das crianças, porém não lhes compete nenhuma tomada de decisões, são completamente passivas. O mesmo ocorre no macrossistema, onde são configuradas as crenças sociais e a cultura de cada lugar. À parte intelectual é instigada pelos sentidos e totalmente dependente do forte laço afetivo com a figura materna.

Observando e entendendo a necessidade de uma base sólida para o desenvolvimento adequado das crianças, em especial as em situação de acolhimento institucional, é preciso proporcionar qualidade tanto ambiental quanto emocional a elas. A instituição torna-se seu lar e todos os envolvidos são responsáveis pelo seu desenvolvimento pleno, desde os primeiros momentos de vida.

3 METODOLOGIA

A metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. Foram investigadas publicações sobre o tema, documentação legal (leis e ofícios federais) e manuais referentes às demandas dos abrigos institucionais. Também foi realizado o acompanhamento do tema na mídia, através de reportagens e vídeos encontrados na internet.

Assim, foi possível definir o conceito do projeto proposto e apresentado aqui. Também foram feitas pesquisas de estudos de caso no campo da Arquitetura, que permitiram explorar as questões formais, funcionais e estéticas desse modelo de instituição.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo de proporcionar melhores condições que possibilitem e auxiliem o desenvolvimento pleno das crianças atendidas pelo abrigo, baseado na revisão de literatura e estudos de casos realizados, foram elaboradas algumas diretrizes iniciais para elaboração do projeto.

Deve-se considerar, para elaboração do projeto do abrigo de permanência continuada, todos os estudos desenvolvidos nas etapas anteriores, incluindo aspectos relevantes sobre as teorias do desenvolvimento humano e da psicologia ambiental;

Propor ambientes que estimulem a criatividade, autonomia e possibilitem o pleno desenvolvimento físico, psicológico e moral dos indivíduos acolhidos;

Definir o local de implantação do projeto, levando em consideração as orientações estabelecidas pelo ECA e Orientações Técnicas, como inserção em uma comunidade, de preferência em áreas residenciais e que não distem muito do contexto socioeconômico de origem dos acolhidos, com infraestrutura adequada para locação da instituição;

Garantir a interação social e atividades coletivas que integrem os indivíduos à sociedade, evitando o isolamento social e preparando a criança para um possível desligamento da instituição, assim como a preservação dos laços familiares;

Promover a apropriação do espaço e a construção de uma identidade, de funcionários e acolhidos, de modo a propiciar a criação de laços afetivos, minimizando os efeitos da institucionalização;

Elaboração de ambientes que possibilitem e incentivem as atividades em grupos, porém não deixando de lado as individualidades e particularidades de cada criança, fortalecendo e estimulando a formação e desenvolvimento da personalidade.

Garantir acessibilidade e atendimento integrado e adequado à portadores de necessidades especiais; acolhimento de ambos os sexos e de diferentes idades, preservando assim o vínculo entre irmãos;

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora em 1990 o ECA tenha dado um grande avanço, estabelecendo diretrizes nos serviços de assistência, atendimento e acolhimento para as crianças e os adolescentes muito têm de ser feito para a sua plena efetivação. Criar um “lar” onde os espaços

internos e externos sejam adequados a esse tipo de moradia é um grande desafio, e é fundamental para crianças em situação de vulnerabilidade.

O projeto do Instituto Re-soar, nome escolhido cuidadosamente para representar necessidade de dar voz a esses menores, pretende oferecer uma estrutura na qual se atenda as suas necessidades básicas e a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Dessa forma pretendeu-se unir as diretrizes da arquitetura do direito e da psicologia para atender a esse papel.

ABSTRACT, RÉSUMÉ ou RESUMEN

According to the Statute of the Child and Adolescent (ECA), every child and/or adolescent whose rights are threatened or violated due to abandonment, negligence of those responsible, abuse, maltreatment or due to their own conduct is in a situation of social vulnerability . In order to ensure conditions for the full physical, social and psychological development of these children, the ECA and the Manual of technical guidelines for manual care are provided for institutional care units, which guarantee access to housing, health and education, food .

The present work aims to understand what types of care institutions exist, current legislation and the profile of institutionalized children and adolescents, in order to outline design guidelines that help in the development of suitable environments for full development.

In order to understand and categorize the types of foster care institutions, a literature review was carried out through the academic google platform, using the keywords: institutional shelter, child, adolescents, foster care and abandonment. Three case studies were also carried out, two concerning long-term shelters, and one day care center. The studies were presented for a better understanding of the functioning of the institutions, the needs program served by each one, as well as their particularities. From the references found and case studies carried out, the relevance and influence of environmental stimulants for the development of children and adolescents in institutional care situations is noted.

Keywords: Shelter, Child and Adolescent, Social Reintegration, Institutional Shelter and Violence.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Junho, 2004.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n^o 8069/90. Ministério da Justiça, Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF, 2009.

Brasil. **LEGISLAÇÃO URBANA DA PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**, compilação 2019

Bronfenbrenner, U. (1996). **A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados** (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979)

Casa de Acolhimento para Menores: Cebra, 2015. Disponível em:

<<http://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra>>

Centro de Bem Estar para Crianças e Adolescentes: Marjan Hessamfar e Joe Vérons, 2015. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/765064/centro-de-bem-estar-para-criancas-e-adolescentes-marjan-hessamfar-and-joe-verons/>>

COMISSÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Um Olhar Mais Atento aos Serviços de Acolhimento de Criança e Adolescentes no País**, 2018

D'ORNELLAS, Leandro Sarmiento. **Acolhimento Institucional no ECA**. <http://leandrojd.jusbrasil.com.br/artigos/141547875/acolhimento-institucional-no-eca>

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MELLO, Simone Guerresi de. **O ambiente físico no qual vivem crianças e adolescentes em situação de abrigo**. O direito à convivência familiar e comunitária. Brasília: IPEA, 2004, p. 134-166.

RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004

SAVI, Aline Eyng. **Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008. 180 p.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. **O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados**. O direito à convivência familiar e comunitária. Brasília: IPEA, 2004, p. 40- 69.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; MELLO, Simone Guerese de. **Um retrato dos abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC: características institucionais, forma de organização e serviços ofertados.** O direito à convivência familiar e comunitária. Brasília: IPEA, 2004, p. 70-97.

